

A PERMACULTURA COMO INOVAÇÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ADOÇÃO DO DECRESCIMENTO

PERMACULTURE AS A SOCIAL INNOVATION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND DEGROWTH ADOPTION

Cecília Estela Ferreira da Silva Cesar 1
Solange Alfinito 2

Possui graduação em Administração e Mestrado em Administração Pública pela Universidade de Brasília – UnB. Atualmente é doutoranda em Administração pela Universidade de Brasília – UnB e seus interesses em pesquisa são na área de inovação, administração, economia e sustentabilidade. Atua junto ao Decanato de Pesquisa e Inovação da Universidade de Brasília – UnB.
E-mail: ceciliacesar@unb.br

Professora associada no Departamento de Administração da Universidade de Brasília - UnB e pesquisadora credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UnB. É economista com mestrado em Economia de Empresas (2002). Possui doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (2009). Em 2017, realizou estágio de pesquisa pós-doutoral na Aarhus University, Dinamarca, como pesquisadora visitante no MAPP Centre - Research on Value Creation in the Food Sector for Consumers, Industry and Society, vinculado ao Department of Management. É líder do grupo de pesquisa Conscient - Estudos em Consumo Sustentável (UnB), certificado pelo CNPq. Seus interesses de pesquisa são predominantemente em consumo sustentável, consumo consciente de alimentos, comportamento do consumidor e seus aspectos éticos e culturais. E-mail: salfinito@unb.br

Resumo: No que tange ao crescimento, novos meios de produção e formas de divisão do trabalho, a especialização da mão-de-obra e o uso da tecnologia, possibilitaram desenvolvimento econômico em quase todo o planeta. Mas a extração dos recursos naturais para a produção de bens de consumo, o incentivo à obsolescência precoce dos bens e consumo sem limites, e a crença de que a aquisição constante de algo novo proporciona qualidade de vida, vem provocando a alteração das condições climáticas e do ambiente de forma prejudicial. À longo prazo, essa degradação impacta na disponibilidade de recursos, trazendo à luz a necessidade de discussão de alternativas, que minimizem esses efeitos negativos. Se considerarmos a inovação social sustentável como proposta, uma possível forma de inovação social é a permacultura, um sistema formado por conhecimentos de diversas áreas científicas para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos, que incorporam design e tecnologia, com infraestrutura para apoiar as necessidades básicas sem agredir o meio ambiente. Assim, conceitos serão apresentados e articulados a fim de possibilitar um novo olhar sobre como a inovação social pode ser uma ferramenta interdisciplinar de promoção de melhores condições de qualidade de vida para a sociedade e fomentar o decrescimento. Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem esses temas pela sua relevância social, econômica e política.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Inovação Social; Decrescimento; Permacultura.

Abstract: Regard to growth, new means of production and forms of division of labor, the specialization of the labor force and the use of technology, have enabled economic development in almost the entire planet. But the extraction of natural resources for production of consumer goods, the encouragement of the early obsolescence of goods and consumption without limits, and the belief that the constant acquisition of something new provides quality of life, has caused a change in climatic conditions and environmentally harmful. In the long term, this degradation impacts on the availability of resources, bringing to light the need to discuss alternatives that minimize these negative effects. If we consider sustainable social innovation as a proposal, a possible form of social innovation is permaculture, a system formed by knowledge of diverse scientific areas for the creation of sustainable and productive human environments that incorporate design and technology, with infrastructure to support the needs without harming the environment. Thus, concepts will be presented and articulated in order to provide a new perspective on how social innovation can be an interdisciplinary tool to promote better conditions of quality of life for society and foster growth. Finally, it is suggested that future researches deepen these themes by their social, economic and political relevance.

Keywords: Sustainable Development; Social Innovation; Degrowth; Permaculture.

Introdução

Em linhas gerais, o desenvolvimento de novas técnicas de produção de bens motivou o crescimento do capital e proporcionou investimentos em maquinaria, a utilização de novas matérias primas e uma nova forma de divisão social do trabalho. A estrutura da produção foi transformada pelas mudanças introduzidas nos padrões de trabalho no que se refere à especialização e aos avanços proporcionados pela tecnologia (Teixeira et al., 1985).

Portanto, o desenvolvimento econômico relaciona-se com o acúmulo de capital, a constituição dos estados, o progresso técnico e o surgimento de mercados. O mercado, através da competição, coordena a divisão do trabalho e a alocação dos recursos produtivos (Bresser-Pereira, 2006). Devido a esses fatores, o crescimento econômico expandiu-se e, conseqüentemente, o consumo. Esse aumento do consumo provoca a crescente extração de recursos naturais e finitos para a produção de bens.

Como exemplo, temos o grande avanço da indústria de alimentos que contribuiu não somente para o desenvolvimento de novas formas de produção de alimentos, mas, devido à “necessidade” de aumento da produção, criou-se também formas artificiais de fertilização do solo, conservação de alimentos, extração de combustíveis e matérias-primas. Esses fatores trouxeram conseqüências negativas como, alterações climáticas, degradações ambientais, disputas por petróleo, pandemias e o desaparecimento de espécies vegetais e animais.

O crescimento econômico tornou-se um desafio, na tentativa de conciliar seu avanço com as limitações do ambiente. Como forma de alerta para esse contexto, debates foram iniciados acerca da necessidade de repensar a forma como está se desenvolvendo o crescimento.

Segundo Latouche (2010), o termo decrescimento, surgiu em um evento da Unesco, em março de 2002 na França. O colóquio era intitulado “Desfazer o desenvolvimento, refazer o mundo”, isto é, criar um desenvolvimento duradouro, sem comprometer o futuro: o projeto de construir uma sociedade sustentável, com um decrescimento material, onde a riqueza fosse avaliada a partir de indicadores relacionados com a preservação, viabilidade ecológica e justiça social. Para isso criou o sistema dos 8 R’s: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar, que ao atuar de forma interdependente podem auxiliar na formação de uma sociedade do decrescimento. Nesse sentido, existem iniciativas, em pequena escala, sendo produzidas pela sociedade, que podem representar um passo no caminho de uma sociedade mais adequada à preservação de nossos recursos. Essas iniciativas são exemplos de inovação social.

“A inovação social resulta da combinação de novas relações sociais entre grupos e indivíduos que contribuem com seu conhecimento, trabalho, ideias e recursos na construção de mudanças duradouras” (Mulgan et al. 2007). De acordo com Neumeier (2012), as inovações sociais são “atos de mudança” que incluem mudanças de atitude, comportamentos e percepções, que podem resultar em novas práticas sociais e formas de organização, o que pode melhorar as condições de vida das pessoas envolvidas.

No Brasil, até a década de 1970, movimentos filosóficos buscavam o retorno do contato com a terra como forma alternativa de vida. Mas com o crescimento da consciência de preservação ecológica e a busca por uma alimentação mais saudável, o consumo dos produtos orgânicos expandiu-se e na década de 1980, cooperativas de produção e consumo de produtos naturais foram criadas (Faveret et al., 2002). Também tivemos o início da permacultura, onde foram desenvolvidos métodos e processos agrícolas sustentáveis, com uma produção baseada na interação dinâmica entre solo, plantas, animais, pessoas, ecossistema e meio-ambiente (IFOAM, 2012). Utilizando-se de insumos orgânicos, sem a utilização de produtos químicos tóxicos ou geneticamente modificados, produzem orgânicos de qualidade. Nesse contexto, o intuito desse ensaio é o de apresentar a origem desses conceitos, como eles são vistos pela academia e sua possível relação. A contribuição se apresenta na motivação para a realização de uma reflexão sobre o tema, que é atual, pertinente, e pode promover mudanças sociais benéficas. O ensaio está dividido em três partes. Na primeira parte o referencial teórico, onde serão apresentados os conceitos de desenvolvimento sustentável, inovação social, permacultura e decrescimento. Na segunda parte será proposta uma articulação entre os temas. Na terceira parte serão apresentadas as considerações finais e as lacunas encontradas durante o estudo.

Referencial Teórico

Desenvolvimento Sustentável

A crítica à produtividade econômica e ao desenvolvimento exacerbado que, na maioria das vezes ignora as dimensões sociais e ambientais, considerando-as de menor relevância, foi a base para a evolução do conceito de ecodesenvolvimento que, sumariamente pode ser definido como “[...] desenvolvimento de um país ou região, baseado em suas próprias potencialidades, sem criar dependência externa (Montibeller-Filho, 2008), ancorando-se em uma gestão ambiental prudente e criteriosa, intrínseca a um novo princípio de responsabilidade ética (Montibeller-Filho, 2008). O conceito de desenvolvimento sustentável derivou-se do ecodesenvolvimento, oriundo da preocupação com a preservação do ambiente natural e seus elementos, e a melhoria nas condições socioeconômicas da população.

Acredita-se que a expressão “desenvolvimento sustentável” (Madeira, 2014) é derivada da expressão anglo-saxônica *sustainable development*. Em francês, *développement durable*, equivalendo em português a ‘desenvolvimento durável’ que se aproxima do termo sustentável (Godard, 1994; Montibeller-Filho, 2008).

Denomina-se desenvolvimento sustentável aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (Kates et al., 2005). Ele possibilita atingir um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais, sem esgotar os recursos para o futuro. A busca pelo equilíbrio entre o que é socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente sustentável é chamada de *triple bottom line*, que contempla as dimensões ambiental, social, e econômica do desenvolvimento sustentável. A dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável requer o equilíbrio entre proteção do ambiente físico e seus recursos, e o uso destes recursos de forma a permitir que o planeta suporte uma qualidade de vida aceitável. A dimensão social requer o desenvolvimento de sociedades justas, que proporcionem oportunidades de desenvolvimento humano e um nível adequado de qualidade de vida. A dimensão econômica, por fim, requer um sistema econômico que facilite o acesso a recursos e oportunidades e o aumento da prosperidade para todos, dentro dos limites do que é ecologicamente possível e sem ferir os direitos humanos básicos (CIB/UNEP-IETC, 2002).

A ascensão do desenvolvimento sustentável (DS) como projeto político e social da humanidade, tem promovido esforços no sentido de encontrar caminhos para sociedades sustentáveis (Salas-Zapata et al., 2011). O interesse sobre sustentabilidade (DS) mostra-se nas abordagens referentes a estratégias, produção mais limpa, controle da poluição, ecoeficiência, gestão ambiental, responsabilidade social, ecologia industrial, investimentos éticos, economia verde, *ecodesign*, reuso, consumo sustentável, resíduos zero (Glavic; Lukman, 2007), entre outros termos e relacionam-se com diversos campos de aplicação (engenharia, economia, administração, ecologia, etc).

De acordo com Dovers e Handmer (1992) sustentabilidade é a capacidade de um sistema humano, natural ou misto resistir ou se adaptar às mudanças externas e internas por tempo indeterminado, e o desenvolvimento sustentável uma via de mudança intencional e melhoria, que mantém ou aumenta esse atributo do sistema, ao responder às necessidades da população. Sendo assim, o desenvolvimento sustentável é o caminho para se alcançar a sustentabilidade, isto é, a sustentabilidade é o objetivo final, a longo prazo.

O conceito de desenvolvimento sustentável procura harmonizar os objetivos de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e a conservação ambiental. Esse conceito foi reconhecido internacionalmente em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia.

Em 1983, foi estabelecida a Comissão Mundial das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Esta comissão teve a tarefa de investigar as preocupações levantadas acerca do impacto das atividades humanas sobre o planeta e como os padrões de crescimento e desenvolvimento poderiam se tornar insustentáveis caso os limites dos recursos naturais não fossem respeitados. O resultado desta investigação foi o Relatório “Nosso Futuro Comum” publicado em abril de 1987.

O documento ficou conhecido como Relatório Brundtland, nome da ex-primeira ministra norueguesa responsável pela comissão da ONU que realizou o trabalho. O Relatório Brundtland

formalizou o conceito de desenvolvimento sustentável e o tornou de conhecimento público.

O conceito de desenvolvimento sustentável se tornou o fundamento da Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro. O encontro reconheceu o desenvolvimento sustentável como o grande desafio dos nossos dias, e, também apresentou a primeira tentativa internacional de elaborar planos de ação e estratégias neste sentido.

Em setembro de 2015, líderes dos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovaram um plano global de desenvolvimento sustentável, com o objetivo de melhorar os indicadores econômicos, sociais e ambientais para as próximas gerações. Esse processo iniciou-se com o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Rio + 20, realizada em junho de 2012 no Brasil. São ao todo 17 ODS, que abordam pontos como erradicação da pobreza, da fome, a promoção de uma vida saudável, igualdade sem distinção de gênero, entre outros objetivos.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável devem ser implementados, segundo a ONU, por todos os países durante os próximos 15 anos, até 2030. E para que o desenvolvimento sustentável como processo ocorra, se faz necessária a inovação social, que poderá promover transformações, que tragam sociedades mais inclusivas e sustentáveis e assim, atender de uma melhor forma as novas questões sociais que se apresentam.

Inovação Social

A inovação exerce um papel de vital importância na economia, sendo um fator determinante da competitividade e do desenvolvimento das organizações. É considerada o instrumento que pode impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, crescimento, a competitividade e proporcionar uma rentabilidade diferenciada às empresas, para que possam sobreviver no mundo globalizado. Portanto, a necessidade de inovar vem em conjunto com a crescente competitividade gerada pela globalização da economia (Moreira & Queiroz, 2007; Tidd, Bessant, & Pavitt, 2008; Trott, 2012). Ela permite o crescimento organizacional, quando novos negócios, ou ações organizacionais são criadas para criar vantagem competitiva. Economicamente, estudiosos como Schumpeter (1985), entendem a inovação como responsável por uma parte do crescimento econômico (Tidd et al., 2008). De acordo com a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005), que edita o Manual de Oslo, considerado a maior fonte internacional de diretrizes para coleta e uso de dados sobre atividades inovadoras na indústria, a inovação é tanto a criação quanto a divulgação de produtos, processos e métodos sendo um aspecto chave para fornecer a base para novas indústrias, empresas e empregos.

A OCDE (2005) conceitua a inovação em âmbito organizacional como a introdução de estruturas organizacionais significativamente modificadas, a adoção de técnicas avançadas de gestão, a implementação de estratégias corporativas novas ou modificadas. Acrescenta ainda, que é a efetivação de um produto/serviço, processo, método de marketing ou método organizacional novo ou significativamente melhorado na organização do local de trabalho ou nas relações externas. Contudo, não desconsiderando a importância de um modelo de inovação que busque vantagem competitiva nas organizações, observa-se um crescente interesse na elaboração e difusão de políticas capazes de satisfazer as questões inerentes ao âmbito social. Nesse contexto destacamos a inovação social. Essa discussão iniciou-se na década de 1970, quando o conceito de inovação social surgiu como novas formas de se realizar algo visando à solução das necessidades sociais. Taylor (1970) trouxe o conceito seminal de inovação social como a procura de respostas às necessidades sociais através da introdução de uma invenção social, ou seja, uma nova maneira de fazer as coisas, uma nova organização social.

O surgimento de problemas de sustentabilidade em setores como energia, água e alimentos fomentou o interesse em promover formas onde a sociedade poderia combinar o desenvolvimento econômico e social com a redução da utilização de recursos. Esse interesse, possibilitou uma abordagem conhecida como desenvolvimento sustentável, que procura contribuir pesquisando mudanças ao nível dos sistemas, chamadas de “transições de sustentabilidade” (Grin et al., 2010).

Este campo de pesquisa enfatiza como a mudança envolve mais do que somente tecnologia, mas mudanças técnicas que em um contexto institucional e social, são difíceis de alterar. Sob certas condições e ao longo do tempo, essas mudanças tornam-se um processo que pode ser chamado de

inovação do sistema ou de transição (Avelino et al., 2015). Nesse contexto a inovação social surge como uma mudança nas relações sociais, envolvendo novas formas de fazer, organizar, conhecer e enquadrar (Haxeltine et al., 2013; Moulaert et al., 2013; Howaldt & Kopp, 2012), contribuindo para uma a mudança social, que abrange o desenvolvimento de novos sistemas econômicos (Haxeltine et al., 2013; Avelino et al., 2014).

De acordo com Caulier-Grice et al. (2012) este conceito surge como uma resposta aos desafios originados pelos problemas sociais e ambientais. Outros estudos surgiram na década de 1990 por meio de iniciativas da sociedade civil e de movimentos sociais para atendimento à demanda por políticas orientadas as necessidades individuais e coletivas.

Segundo Rollin e Vincent (2007), não existe uma teoria da inovação social, mas, várias definições que promovem o seu entendimento. A inovação social surge de movimentos e iniciativas para reduzir as lacunas sociais. Segundo Caulier-Grice et al. (2012) o termo inovação social descreve processos de mudança social e transformação da sociedade e pode ser utilizada em vários contextos: a) transformação da sociedade; b) modelo de gestão organizacional; c) empreendedorismo social; d) desenvolvimento de novos produtos, serviços e programas; e, e) modelo de governo, capacitação e desenvolvimento de capacidades dinâmicas. As mudanças devem ser realizadas observando-se os contextos institucionais e sociais. Ao longo do tempo, as relações podem ser reconfiguradas e substituídas em um processo que pode ser chamado de inovação do sistema ou de transição. E, é chamada de inovação social transformadora, o processo no qual a inovação social contribui para a mudança societária transformadora, isto é, para novos sistemas econômicos (Haxeltine et al., 2013; Avelino et al., 2014).

No campo do estudo sobre inovação social, alguns grupos de estudo no Brasil, Estados Unidos e Canadá foram criados para pesquisar sobre o tema. No Brasil temos o Instituto de Tecnologia Social (ITS); nos Estados Unidos nas Universidades de Brown, Harvard e Stanford; e, no Canadá, temos um dos principais grupos de estudo que é o *Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales* (CRISES), que engloba cerca de oito universidades e vários pesquisadores associados. Há também o *Centre for Social Innovation* (CSI), uma organização independente que realiza ações de caráter social. Já no Reino Unido existe o INSEAD da *University of Cambridge*. Nesses grupos foram desenvolvidos estudos acerca da inovação, emergindo conceitos e definições sobre o tema. De acordo com Bignetti (2011) a inovação social possui um conjunto diverso de conceitos, abordagens, metodologias e práticas. Segue abaixo uma compilação com diferentes conceitos e abordagens sobre o tema inovação social.

TABELA 1 - Inovação Social – Conceitos

Autores	Inovação Social - Conceitos
Taylor (1970)	A procura de respostas às necessidades sociais através da introdução de uma invenção social, uma nova maneira de fazer as coisas, uma nova organização social.
Bessan e Tidd (2009)	É vista como um processo localizado e iniciado por diferentes atores que procuram mudar as interações, entre si e com o seu meio de organização institucional, bem como promover diferentes interações, de forma a contrariar os efeitos das crises durante a tentativa de conciliar os diferentes níveis de interesse particular, o interesse coletivo e o interesse geral ou bem comum.
Bignetti (2011)	É o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral.
Cloutier (2003)	Inovação social é como uma nova resposta a uma situação social desfavorável que procura o bem-estar dos indivíduos e / ou comunidades através de ações e mudanças sustentáveis. É uma ação que cria novas relações sociais, estruturas ou modos de decisão, originados de uma consciência individual e depois coletiva, sendo contextual e dependente da trajetória, promovendo mudanças que levam a uma melhor integração dos grupos excluídos.

CRISES (2015)	É uma intervenção iniciada por atores sociais para atender a uma aspiração, a uma necessidade, uma solução ou desfrutar de uma ação de oportunidade para mudar as relações sociais, para transformar um quadro ou propor novas orientações culturais.
CSI (2004)	Refere-se a novas ideias que resolvem os desafios sociais, culturais, econômicos e ambientais existentes para o benefício das pessoas e do planeta. Uma verdadeira inovação social é o sistema de mudança, que altera permanentemente as percepções, comportamentos e estruturas que deram origem a estes desafios.
Caulier-Grice (2012)	Uma resposta aos desafios originados pelos problemas sociais e ambientais. Descreve processos de mudança social e transformação da sociedade. Pode ser utilizada em vários contextos: a) transformação da sociedade; b) modelo de gestão organizacional; c) empreendedorismo social; d) desenvolvimento de novos produtos, serviços e programas; e e) modelo de governo, capacitação e desenvolvimento de capacidades dinâmicas
Haxeltine et al. (2013; 2015)	Uma mudança nas relações sociais, envolvendo novas formas de fazer, organizar, conhecer e enquadrar, contribuindo para uma a mudança social, que abrange o desenvolvimento de novos sistemas econômicos.
Tardif e Harrisson (2005)	Constitui-se a partir do bem-estar atingido com as respostas desenvolvidas pelos atores em crises, pois as soluções encontradas, caracterizadas como algo novo implicam na implementação de novos arranjos institucionais entre os atores, inclusive com novas regras sociais.

Fonte: Dos autores

As inovações sociais podem ser desenvolvidas pelos mais diversos atores, enquadrados como atores sociais, organizações, instituições e intermediários. No que tange ao processo, observa-se a coordenação (maneira pela qual os atores interagem e coordenam o desenvolvimento de uma inovação social), os meios envolvidos e as restrições à sua implementação. Já o processo de avaliação do impacto do projeto constitui-se de ferramenta essencial e intrinsecamente conectada à inovação. A avaliação tem como finalidade descobrir o que pode limitar os processos de inovação. Assim, é possível observar o contexto e as condições para o surgimento da inovação social e os processos que estão vinculados à inovação, tais como os atores, os modos de coordenação, os meios e as restrições existentes, obtendo, finalmente, um retrato de experimentação e avaliação (Tardif & Harrisson, 2005).

O modelo de Inovação Social de Mulgan (2006) está presente em vários estudos sobre o tema. Esse modelo foi aperfeiçoado por Murray (2010), e é composto por seis estágios assim descritos: a) avisos, inspirações e diagnósticos: nesta etapa há o diagnóstico do problema e a formulação da pergunta de forma a obter a resposta correta; b) propostas e ideias: é a fase de geração de ideias utilizando-se de métodos formais e métodos criativos e experiências para ampliar a quantidade de opções; c) protótipos e pilotos: neste estágio, as ideias são refinadas e testadas à procura da solução dos conflitos; d) a manutenção: é quando a ideia aprimorada e se torna uma prática cotidiana; e) escala e difusão: nesta fase, estratégias são utilizadas para a difusão da inovação; f) mudança sistêmica: este é o objetivo final de inovação social e envolve a interação de elementos como: infraestrutura, leis e regulamentos, movimentos sociais, modelos de negócios e novas formas de pensar e agir, na busca desta mudança. Estes estágios interagem entre si proporcionando um *feedback* afim de repensar se necessário e propor mudanças para o crescimento (Murray et al, 2010).

Nesse estudo, optou-se por abordar detalhadamente dois dos vários modelos de análise das inovações sociais apresentados na literatura, pois entendemos que se aproximam mais das características dos temas estudados nesse ensaio. O primeiro modelo foi elaborado pelos pesquisadores Tardif e Harrisson (2005) com base em 49 estudos realizados pelo CRISES, um dos maiores centros de pesquisa sobre a inovação social. Esse modelo de análise da inovação social baseia-se em cinco dimensões: 1) Transformações; 2) Caráter inovador; 3) Inovação; 4) Atores; e 5)

Processo de avaliação.

No que tange às transformações, os autores esclarecem que há a necessidade que os atores, conforme o contexto macro ou micro, criem ações e pensem em novas soluções de acordo com as mudanças da situação social e econômica. Quanto ao caráter inovador, cada inovação deve considerar as partes envolvidas para que possa construir um projeto inovador que atenda aquela demanda. Salientam também que, atualmente, as relações sociais estão sendo reestruturadas, apresentando novas práticas que sinalizam temas importantes como polarização, exclusão e marginalização social e econômica (Tardif & Harrison, 2005).

Já a inovação social em si, é vista como um processo pontual realizado por diversos atores que tentam superar os efeitos das crises com o intuito de alcançar o interesse coletivo. Quanto aos atores envolvidos, a presença de diferentes *backgrounds* auxilia na construção de novas normas e comportamentos para que o projeto inovador possa ser bem-sucedido em sua construção e gerar diferentes modelos a partir de sua implementação e disseminação.

Por fim, a dimensão processo de avaliação, aborda como os atores interagiram e se organizaram para o desenvolvimento do projeto de inovação. Assim, busca compreender o impacto do projeto, sua complexidade e suas limitações utilizando-se de experimentação e avaliação (Tardif & Harrison, 2005).

O segundo modelo foi desenvolvido pelos pesquisadores Haxeltine et al. (2013) que propuseram a Teoria da Inovação Social Transformadora (TSI), integrante de um grande projeto (TRANSIT), financiado pela União Européia, cujo objetivo é o de promover transformações que tragam sociedades mais inclusivas e sustentáveis, e assim, atender de uma melhor forma as novas questões sociais que se apresentam. Essa teoria apresentou como uma das referências a Perspectiva Multinível (MLP) que contribuiu para dar sustentação ao presente quadro teórico. Essa teoria explica a dinâmica das transições sociais distinguindo-as em três níveis: 1) a paisagem (macrotendências exógenas); 2) regimes (instituições dominantes e práticas); e 3) nichos (locais de práticas inovadoras). A transição ocorre, quando as alterações em todos os três níveis se reforçam mutuamente e geram uma transformação sistêmica global.

As inovações sociais, de acordo com Haxeltine et al. (2013) são classificadas em três categorias: a) Inovações sociais ou de base – atendem as demandas sociais de grupos em vulnerabilidade social que não são atendidos pelo mercado; b) Iniciativas amplas – atendem as demandas da sociedade como um todo e cuidam de forma a atender para aspectos sociais e econômicos; c) Iniciativas sistêmicas – provocam mudanças na sociedade, nas atitudes e valores, criando estratégias e políticas, modificando estruturas e processos organizacionais, inclusive do setor público.

Essa teoria entende que através de uma mudança sistêmica se possa identificar os “*game-changers*” e restituir a dinâmica entre eles, com a apresentação de inovações sociais, mudanças sistêmicas em sistemas sociais e políticos específicos, e em vários níveis, como energia, transporte, finanças, agricultura de alimentos e outros (Haxeltine et al., 2013). Com o avanço dessa transformação, a TSI propõe cinco conceitos importantes para auxiliar na distinção entre as diversas mudanças e inovações: 1) a inovação social; 2) a inovação do sistema; 3) “*game-changers*”; 4) narrativas de mudança e; 5) a transformação da sociedade.

A seguir será apresentado um quadro com as definições desses cinco conceitos:

TABELA 2 -Tons de Mudança e Inovação - Conceitos

Tons de mudança e inovação	Conceitos
Inovação social	Novas práticas sociais, incluindo novas (combinações de) ideias, modelos, regras, relações sociais e/ou produtos.
Inovação do Sistema	Mudar ao nível dos subsistemas sociais, incluindo as instituições, estruturas sociais e infraestruturas físicas.
Game-changers	Macro evoluções que são percebidas como mudanças (as regras, o campo e os jogadores) do ‘jogo’ de interação social.

Narrativas de Mudança	Discursos sobre a mudança e inovação, ou seja, conjuntos de ideias, conceitos, metáforas e/ou linhas de história sobre mudança e inovação.
Transformação da Sociedade	Mudança fundamental e persistente em toda a sociedade, superando subsistemas e incluindo mudanças simultâneas em múltiplas dimensões.

Fonte: Avelino et al. (2014, p. 9).

A inovação social, compreendida como meio de atendimento às necessidades sociais, torna-se mais relevante (Mont et al., 2014). Os processos da inovação social podem ser considerados uma contribuição para a sustentabilidade local, auxiliando na auto-suficiência e economias locais. Assim, se a inovação social produzida for sustentável, poderá colaborar na promoção do decrescimento. A seguir, o termo decrescimento será conceituado e serão apresentadas as suas características.

Decrescimento

O termo decrescimento "*La Decroissance*" foi empregado pela primeira vez em 1972 pelo intelectual francês André Gorz, em resposta ao relatório "Limites do Crescimento" (*The Limits to Growth*). Gorz questionou a compatibilidade do crescimento zero ou decrescimento com o capitalismo. Sua inspiração foi motivada por Georgescu-Roegen (1971), precursor na discussão sobre a Economia Ecológica (Kallis et al., 2015). Em seu livro *The Entropy Law and the Economic Process* (A Lei da Entropia e o Processo Econômico), Georgescu aponta como inevitável a degradação dos recursos materiais em decorrência das atividades humanas e propõe o decrescimento econômico como alternativa. Após a publicação de uma coletânea com os artigos de Georgescu, reacendeu-se o debate sobre decrescimento, que coincidiu com a crise do petróleo e a recessão econômica na Europa na década de 1970. As discussões arrefeceram com o debate sobre o neoliberalismo e, no fim dos anos 1990 e início de 2000 o tema decrescimento ressurgiu na França, em Lyon, como movimento social sob a forma de protesto em busca de cidades livres de carros, refeições ao ar livre, cooperativas para a produção de alimentos e contra a propaganda.

Além da França, o movimento decrescimento foi adotado por ativistas na Itália (*Decrescita*) em 2004 e na Espanha (*Decrecimiento*) em 2006. O Decrescimento foi oficialmente incorporado como tema de pesquisa internacional na Conferência *Degrowth* realizada em Paris em 2008. Seu conceito originou-se do entendimento de que as atitudes da sociedade em busca do crescimento são, na verdade, totalmente incompatíveis com o meio ambiente.

Como definição, o filósofo francês Serge Latouche (2010) desenvolveu o "conceito de decrescimento", e diz que se deve abandonar o objetivo do crescimento pelo crescimento e a falsa ilusão de que a felicidade está baseada na possibilidade de consumo. Segundo Latouche (2009), as premissas da teoria do decrescimento são de um processo de decrescimento material e de considerar o que seria de fato riqueza a partir de outros indicadores mais conectados com a preservação e viabilidade ecológica e de justiça social. Esclarece também que apesar do nome "decrescimento" ter a conotação de perda, ele não é um retrocesso, e defende uma sociedade autônoma e econômica. Apresenta-se como alternativa para a busca de soluções mais sustentáveis para o mundo atual. Para Schneider et al. (2010), o decrescimento significa uma crítica à economia em crescimento. Apresenta-se como um processo de redução coletivo e deliberado da produção, do consumo, do papel dos mercados, que reduzirá o metabolismo da sociedade e o consumo de energia e matérias-primas.

A ideia de decrescimento surgiu como uma reflexão sobre possíveis soluções para os problemas e desafios causados pelo contínuo crescimento econômico, as diferenças de rendimento, os problemas de bem-estar, os problemas ambientais globais (por exemplo, a camada de ozônio danificada, as alterações climáticas e o uso excessivo de outros recursos globais comuns como florestas tropicais e oceanos) (Latouche, 2011; Laylos, 2007; Meadows et al., 1972; Stiglitz, 1997). Assim, o objetivo do decrescimento é auxiliar democrática e pacificamente a transição para uma sociedade mais equitativa e um ambiente habitável sem estender o tamanho da economia (Latouche, 2011; Martinez-Alier et al., 2010). A essência do decrescimento não apoia a

paralização do desenvolvimento econômico, pois as economias são orientadas para o crescimento e baseadas nas instituições do capitalismo, que sem o crescimento econômico não sobrevivem. O decrescimento é na verdade, uma teoria de sustentabilidade transformacional a qual é muito sensível a problemas sociais e ambientais (Hoopwood et al., 2005). Sendo assim, o significado da expressão decrescimento pode ser definido a partir de três aspectos diferentes: slogan, movimento social e teoria científica, aspectos esses que interagem com os outros (Dombi, 2014).

Para Latouche (2011), o decrescimento é como um “projeto de construção de uma sociedade de abundância frugal”. Já Bayon et al. (2010) dizem que o decrescimento é um termo da linguagem corrente que reúne aqueles que desejam uma redução no tamanho físico do sistema econômico, com menos capacidade de oferta de recursos naturais, menos emissões de poluentes por razões ecológicas, sociais e democráticas, o que conduziria a uma desestabilização do PIB. O tema vem sendo discutido sob diferentes abordagens como a econômica, ecológica, social, política, ética e tecnológica, assim como seus aspectos positivos e negativos. Em artigo recente, Weiss (2017) realizou uma análise bibliométrica dos artigos sobre decrescimento e nos apresenta quatro principais categorias que mostram como o tema decrescimento é visto no meio científico: 1. Recebe apoio unânime; 2. Visto com neutralidade, mas com uma postura positiva, no sentido de abertura para a investigação de possíveis cenários de decrescimento; 3. Utiliza-se do decrescimento como uma ferramenta para uma análise empírica; e 4. Visto com ceticismo e rejeição.

De acordo com Dombi (2014) o termo decrescimento pode ser definido a partir de três aspectos diferentes: como slogan, movimento social e teoria científica e não podem ser separados, pois interagem uns com os outros. Liegey et al. (2013) corroboram esse pensamento, pois entendem que as etapas de implementação do decrescimento na sociedade podem acontecer em quatro níveis que interagem: individual, comunitário, nacional e supranacional, não sendo possível estabelecer uma fronteira entre elas. O cerne do decrescimento implica em uma reestruturação completa do sistema para que o aumento do bem-estar possa ser alcançado, sem que haja um crescimento constante da produção e do consumo, promovendo assim, a redução do impacto ambiental, observando-se, contudo, as peculiaridades de cada ambiente como localização e condições de vida dos habitantes (Gould et al., 2004; Kallis et al., 2012; Latouche, 2011; Tokic, 2012).

Os estudiosos do decrescimento acreditam que as iniciativas devem partir de baixo para cima, isto é, iniciando-se na comunidade e ampliando-se. Segundo Kallis et al. (2012), se faz necessário modelos inovadores de vida em comunidade que possam assumir outros valores, divergentes da cultura do capital, afim de propiciar uma mudança. O desenvolvimento econômico controlado, segundo Schumacher (1973), com produção agrícola em pequena escala, novos modelos de produção e consumo, redução de agrotóxicos e outros fatores, contribuem em um esforço conjunto para a melhoria do sistema (Guthman, 2004). O bem-estar proporcionado pode auxiliar na transição para o decrescimento (Andreoni e Galmarini, 2014; Liegey et al., 2013).

A legitimidade da permacultura constrói seu alicerce na crescente preocupação da sociedade de consumo com os impactos ambientais, o respeito aos valores de cidadania, bem como com a qualidade de vida e a manutenção da saúde humana. Essa consciência de ter deveres ou direitos políticos passa a ser percebida, como capaz de influenciar os rumos da política e da economia. A comunidade ganha percepção, faz escolhas e adota práticas de consumo sustentáveis, como forma de participar da sociedade, com o intuito de tornar real suas ações, em prol de melhorias sociais e ambientais (Portilho, 2005; Stolle et al., 2005). Essas ações políticas podem ser interpretadas como movimentos no sentido de fortalecer a participação da sociedade contemporânea na esfera política, promovendo uma ética de responsabilidade que pode difundir valores e comportamentos, bem como a discussão e negociação de ações e demandas relacionadas às políticas ambientais. Sem desconsiderar as críticas ao decrescimento, podemos discutir o seu papel, como forma de atuação em prol de um ambiente global sustentável. Mas será que as iniciativas locais podem agrupar mudanças necessárias para uma redução da produção e do consumo globais, que melhorem o bem-estar humano e ecológico? (Sekulova et al. 2013). Com o objetivo de exemplificar uma possível ação de inovação social sustentável, será apresentado a seguir o conceito de permacultura.

Permacultura

O conceito de permacultura foi desenvolvido por Bill Mollison e David Holmgren nos

anos 1970 e surgiu como uma resposta à crise ambiental vivenciada pela sociedade. A publicação de “*Permaculture One*” em 1978, foi o ponto de partida para a evolução do conceito e para a emergência do movimento mundial da permacultura (Holmdrem, 2013). David Holmgren (2013), um dos criadores do conceito, afirma que existem dois caminhos para a sociedade conscientizar-se e atuar sobre os problemas que enfrenta. O primeiro seria atuar no decrescimento do sistema global, por meio da educação ecológica crítica e promover a adoção da visão ecológica nos sistemas administrativos e financeiros. Esse processo denomina-se “transição para cidades sustentáveis” e engloba estratégias cujas ações partem de cima para baixo, ou seja, partindo de uma esfera macro para a micro (sistema *top down*). O segundo, seria atuar na transição para o nível de sustentação renovável do planeta por meio do desenho, discussão e implantação de novos modelos de produção e consumo de tipo comunitário, autossuficientes, sustentáveis e descentralizados. Trata-se de um processo de inovação e geração de sistemas produtivos rurais sustentáveis, sendo uma estratégia articulada de baixo para cima, partindo da esfera micro para a macro (sistema *bottom up*).

A permacultura costuma ser vista como uma das correntes da agroecologia, mas apresenta uma metodologia própria, com métodos replicáveis e com processos que abrangem várias áreas do conhecimento. Por ser uma metodologia de desenho (*design*) e gestão ambiental, cuida da relação humana com os ecossistemas. Assim, abarca conhecimentos da bioquímica, engenharia, arquitetura e das ciências agrárias e biológicas. Promove a utilização de habitações ecológicas, saneamento responsável, energia renovável e segurança alimentar, com alimentos produzidos de forma orgânica e tratamento natural da água para reutilização. Segundo Mollison (1999), a permacultura é o planejamento e a execução de ocupações humanas sustentáveis, unindo práticas antigas aos conhecimentos atuais das mais variadas áreas, com o intuito de obter energia, moradia e alimentação humana de forma harmoniosa com o ambiente.

O início da permacultura no Brasil deu-se em 1992, no Rio Grande do Sul, com o primeiro curso no Brasil, ministrado por Bill Mollison. Nele foram formados vários permacultores que foram estimulados a difundir a cultura no Brasil. Com o tempo, a permacultura desenvolveu-se e foram criados vários institutos, comunidades e redes, que desenvolvem e orientam a implantação da permacultura no país. Como exemplo, temos o Ecocentro IPEC em Pirenópolis – Goiás, o IPB em Salvador – Bahia, o IPOEMA em Brasília – DF, o IPC em Fortaleza – Ceará, o Ecovida São Miguel em Minas Gerais, as Comunidades Arca Verde – Ro Grande do Sul, Asa Branca – Distrito Federal, Bambu a Pique e as Redes GEPEC – DF e Rede Permanece – Ceará, entre outros (IPEC).

FIGURA 1 - A FLOR DA PERMACULTURA



Fonte: Ipoema – Instituto de Permacultura em <http://www.ipoema.org.br/ipoema/home/conceitos/permacultura/temas-da-permacultura/>

A flor da permacultura é um método de se planejar espaços totalmente sustentáveis, que

visam à criação de uma cultura que seja sustentável e permanente. As áreas-chaves para a criação dessa cultura são mostradas através da “Flor do Sistema de Design”. Ela apresenta 7 campos (7 pétalas) em que a permacultura atua. Em cada uma das pétalas são especificadas algumas ações de grande importância. A elaboração da flor é baseada em uma série de princípios éticos. O centro da permacultura está nos três princípios éticos: cuidar da terra, cuidar das pessoas e partilha justa. Eles formam a base do design em permacultura.

O caminho da Permacultura se inicia a partir das éticas e dos princípios de design e percorre os domínios fundamentais necessários para a criação de uma cultura de sustentabilidade. O caminho em espiral reúne todos estes campos, iniciando por um nível pessoal e local e evoluindo para um nível coletivo e global.

Articulação entre os Temas

Na literatura relacionada à terminologia decrescimento, Bajmócy e Gébert (2014), acredita que podemos defini-lo como uma intervenção consciente, baseada na comunidade e nos processos econômicos locais com o objetivo de aumentar o bem-estar dos locais, com efetivo controle do crescimento da produção e do consumo, respeitando o ambiente e as diferenças de regiões e condições de vida dos habitantes locais. Observa-se também, que a construção teórica do decrescimento utiliza argumentos do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável aborda a capacidade de utilização de recursos e dos bens da natureza sem comprometer sua disponibilidade para as próximas gerações. Compreende a adoção de padrões de consumo e de aproveitamento das matérias-primas extraídas da natureza sem afetar o futuro da humanidade, conciliando o desenvolvimento econômico com a responsabilidade ambiental.

O decrescimento também está relacionado à inovação social, pois, de acordo com Kallis et al., (2012) são necessários modelos inovadores de vida local que assumam os valores de decrescimento em detrimento da atual cultura capitalista. De acordo com Schumacher (1973), as organizações auto-suficientes com uma produção agropecuária em pequena escala, novas formas de coexistência, novos modelos de produção, consumo e alocação podem atender aos objetivos de decrescimento. Para Klein et al. (2012), a inovação social é um elemento que utiliza a criatividade oriunda da cooperação e da participação ativa dos cidadãos, capaz de criar políticas participativas que surgem como propostas de solução frente a problemas de ordem financeira, econômica, social e ambiental. Já Moulaert et al. (2009, 2013), Klein e Harrisson (2007) e Fontan, Klein e Tremblay (2005) entendem a inovação social como um facilitador para o desenvolvimento sustentável. Para Liegey et al. (2013), o desenvolvimento econômico repensado pode ser uma alternativa para iniciar a transição para o decrescimento e que, a nível local, pequenos grupos como comunidades residenciais e organizações de bairros, podem desenvolver novas formas de coabitação no nível local, de modelos de produção e consumo para si e outras comunidades ou organizações estatais.

De acordo com Andreoni e Galmarini (2014) as relações sociais são elementos muito importantes nas estratégias de decrescimento para o aumento do bem-estar. Sendo assim, o decrescimento pode fortalecer a reciprocidade na economia e complementar a economia de mercado, onde a produção e o intercâmbio de bens e serviços visam melhorar a cooperação, a convivência e as relações sociais. A reciprocidade mostra-se como uma combinação entre a produção e o conceito de convivência harmoniosa. Nesse contexto, a permacultura se caracteriza como uma inovação social sustentável que pode promover o decrescimento.

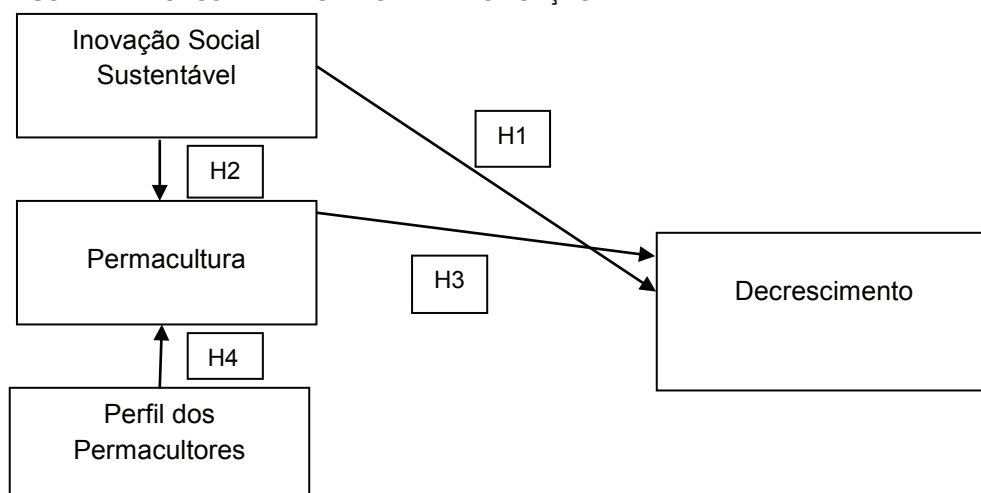
Considerações Finais

Este ensaio teve como objetivo apresentar os temas decrescimento, desenvolvimento sustentável e permacultura sob a ótica da inovação social. Foram explicados os conceitos acerca dos temas propostos e modelos de análise da inovação social escolhidos, presentes na literatura para alicerçar a realização de futuros estudos sobre o tema. Atualmente, o tema inovação social aparece frequentemente em distintas áreas do conhecimento, principalmente nas ciências sociais, relacionado a desenvolvimento social e econômico. Mas Moulaert e Sekia (2003) e Bellemare e Klein (2011) afirmam que ainda há uma lacuna na produção científica sobre o papel da inovação social associada ao desenvolvimento sustentável e ao decrescimento. Na busca bibliográfica para a composição do referencial teórico deste ensaio, foi priorizada a consulta à produção acadêmica

sobre os temas até o ano de 2018. Foram consultadas as bases Capes, Scielo, Wiley, Sage e outras nas áreas de Administração e Economia. Os modelos de análise da inovação social observados apresentam-se como alternativas teóricas em um campo de pesquisa que está em crescente desenvolvimento nos últimos anos e em diversas áreas do conhecimento e que demonstra carência de estudos, principalmente na relação entre os construtos propostos.

Assim, apresentamos a seguir um modelo de investigação de pesquisa e suas hipóteses.

FIGURA 2 - PROPOSTA DE MODELO DE INVESTIGAÇÃO



H1: A inovação social sustentável gera decrescimento

H2: A inovação social sustentável gera permacultura

H3: A prática da permacultura gera decrescimento

H4: O perfil do permacultor gera permacultura

Fonte: Dos autores

Por fim, como caminho a seguir em pesquisas futuras, sugere-se a busca por fortalecer o tema inovação social sustentável e permacultura como ferramentas para a construção do decrescimento, como campo de pesquisa interdisciplinar e entendendo que futuros estudos devem aprofundar esses temas pela sua relevância social, econômica e política.

Referências

ANDREONI, V., GALMARINI, S. On the increase of social capital in degrowth economy **Procedia Social and Behavioral Sciences**, 72, pp. 64-72, 2014.

ANDREW, C. K. L. Social Innovation: What is it and why is it important to understand it better. Toronto: **Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES)**, 2008. Disponível em: http://www.crisis.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES_ET1003.pdf. Acesso em agosto de 2017.

AVELINO, F., DIMITRU, A., LONGHURST, N., WITTMAYER, J., HIELSCHER, S., WEAVER, P., E HAXELTINE, A. Transitions towards 'new economies in a transformative social innovation perspective'. **Working paper presented at the 6th international sustainability transitions (IST) Conference**, 2015. Disponível em <http://www.transitsocialinnovation.eu/resource-hub/transitions-towards-new-economies-a-transformative-social-innovation-perspective>. Acesso em setembro de 2017.

BAYON, D., FLIPO, F., SCHNEIDER, F. La décroissance en questions. **La découverte**, Paris, 2010.

BAJMÓCY, Z., GÉBERT, J. Arguments for deliberative participation in local economic development.

Acta Oeconomica, 64(3), pp. 313-334, 2014. Disponível em http://publicatio.bibl.u-szeged.hu/7768/1/Bajmoci_Gebert_u.pdf. Acesso em março de 2018.

BELLEMARE, G.; KLEIN, J. L. Innovation sociale et territoire. Convergences théoriques et pratiques. **Collection Innovation Sociale**. Presses de l'Université du Québec, 2011.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: Uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Revista das Ciências Sociais**, 47(1), pp. 3-14, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. **Curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas - FGV**, pp. 1-24, 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>. Acesso em dezembro de 2016.

CAMPBELL, D. Community-Controlled Economic Development as a Strategic Vision for the Sustainable Agriculture Movement. **Making Waves**, 11(3), pp. 17-25, 2000.

CASTAÑEDA, M. (2012). Ambientalização e politização do consumo nas práticas de compra de orgânicos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, pp. 147-160.

CAULIER-GRICE, J., DAVIES, A., PATRICK, R., NORMAN, W. Defining Social Innovation. Part One of Social Innovation Overview: A deliverable of the project: "The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe" (**TEPSIE**), **European Commission – 7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research**, 2012. Disponível em: http://ec.europa.eu/environment/integration/research/newsalert/pdf/IR10_en.pdf. Acesso em julho de 2017.

Centre de recherche sur les innovations sociales. **Rapport annuel des activités scientifiques du CRISES – UQAM**. Disponível em: http://www.crisis.uqam.ca/.../rapports-annuels/Rapport_annuel_du_CRISES_2014-2015_140116. Acesso em março de 2018.

CLOUTIER, J. (2003). Qu'est-ce que l'innovation sociale? **Les Cahiers du CRISES. Collection Études Théoriques, ET0314**. Disponível em: https://crisis.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES_ET0314.pdf. Acesso em fevereiro de 2018.

CSI-Centre for social innovation, 2004. Disponível em: <https://socialinnovation.org/culture/>. Acesso em julho de 2017.

DOMBI, J. E ELEKES, Z. Evaluation of Local Food Systems Based on Degrowth. **Presented the 5th Central European Conference in Regional Science, Hungary, 2014**.

DOVERS, S. R.; HANDMER, J. W. Uncertainty, sustainability and change. **Global Environmental Change**, v.2, n.4, pp. 262-276, 1992.

FAVERET, P. Fº., ORMOND, J. G. P.; PAULA, S. R. L.; ROCHA, L. T. Agricultura orgânica: Quando o passado é futuro. **BNDES Setorial**. Rio de Janeiro, 2002.

FONTAN, J. M.; KLEIN, J. L.; TREMBLAY, D. G. **Innovation socioterritoriale et reconversion économique: le cas de Montréal**. Paris: L'Harmattan, 2005.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

GLAVIC, P.; LUKMAN, R. Review of sustainability terms and their definitions. **Journal of Cleaner Production**, v.15, pp.1875-1885, 2007.

GODARD, O. Le développement durable: paysage intellectuel. **Natures, Science, Sociétés**. v. 2, n. 4, 1994.

GOULD, K. A., PELLOW, D. N., SCHNAIBERG, A. Interrogating the treadmill of production: everything you wanted to know about the treadmill but were afraid to ask. **Organization & Environment**, 17, pp. 296-316, 2004.

GRIN, J. ROTMANS, J. AND SCHOT, J. Transitions to Sustainable Development: New Directions in the Study of Long Term Transformative Change. **Routledge**, New York, 2010.

GUTHMAN J. The trouble with organic lite in California: a rejoinder to the 'conventionalisation' debate. **Sociologia Ruralis**, p. 185, 2004.

HAXELTINE, A., AVELINO, F., WITTMAYER, J., KEMP, R., WEAVER, P., BACKHAUS, J. E O'RIORDAN, T. Transformative social innovation: A sustainability transitions perspective on social innovation. **Proceedings of the Nesta Conference Social Frontiers: The Next Edge of Social Science Research**, London, UK, 2013.

HOLMGREN, David. **Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade**. Tradução Luzia Araújo. – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

HOOPWOOD, B., MELLOR, M. E O'BRIEN, G. Sustainable development: Mapping different approaches. **Sustainable Development**, 13, pp. 38-52, 2005.

HOWALDT, J. AND KOPP, R. Shapping Social Innovation by social research. Challenge social innovation: potentials for business, social entrepreneurship, welfare and civil society. **Springer**. pp.43-55, 2013.

IKERD J. Sustainable Capitalism: a matter of ethics and morality. **Problems of Sustainable Development**, v. 3, n. 1, pp. 13-22, 2008.

INSTITUTO DE PERMACULTURA E ECOVILAS DO CERRADO (IPEC). Disponível em: <https://www.ecocentro.org/?lang=pt>: Acesso em março de 2018.

INTERNATIONAL COUNCIL FOR RESEARCH AND INNOVATION IN BUILDING AND CONSTRUCTION. **United Nations Environment Programme. Agenda 21 for sustainable construction in developing countries (CIB/UNEP-IETC, 2002)**, apud SILVA., V. G. D. **Avaliação da Sustentabilidade de Edifícios de Escritórios Brasileiros: Diretrizes e base metodológica**. Tese de Doutorado. Departamento de Engenharia Civil, Universidade de São Paulo, São Paulo, cap. 1, 2003.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS (IFOAM). The world of agriculture organic. Statistics and emerging tendencies. Bonn: **IFOAM, 2012**. Disponível em <https://www.fibl.org/fileadmin/documents/shop/1581-organic-world-2012.pdf>.

KALLIS, G., DAMARIA, F. E D'ALISA, G. Research & Degrowth. **Institute of Environmental Science and Technology (ICTA)**. Autonomous University of Barcelona, Barcelona, Spain, 2015.

KALLIS, G., KERSCHNER, C. E MARTINEZ-ALIER, J. The economics of degrowth. **Ecological Economics**, 84, pp. 172-180, 2012.

KATES, R., PARRIS, T. M. E LEISEROWITZ, A. What is sustainable development? **Environment** 47(3): pp. 9-21, 2005.

KLEIN, J. L. et al. (2012). The Quebec system of social innovation. A focused analysis on the local development field. **Finisterra**, v. 47, n. 94, pp. 9-28, 2012.

KLEIN, J. L.; HARRISSON, D. (2007). L'innovation sociale: émergence et effets sur la transformation des sociétés. Québec: **Presses de l'Université du Québec**, 2007.

LAMPKIN, N., FOSTER, C., PADEL, S. E MIDMORE, P. The policy and regulatory environment for organic farming in Europe. *Organic farming in Europe*. **Economics and Policy**, v.1, 1999.

LATOUCHE, Serge. Degrowth. **Journal of Cleaner Production**, 6(18), pp. 519-522, 2010.

LATOUCHE, Serge. Desenvolvimento Humano, Decrescimento e a Sociedade Convivial, Ciclo de Palestras: Economia de Baixo Carbono. Limites e Possibilidades. **Unisinos, Porto Alegre, 2011. Disponível em:** <https://www.ecodebate.com.br/2011/11/24/decrescimento-um-crescimento-infinito-e-incompativel-com-um-mundo-finito-por-serge-latouche/>. Acesso em outubro de 2017.

LIEGEY, V., MADELAINE, S., ONDET, C. E VEILLOT, A. I. Prosperidade sem crescimento econômico. Em direção a nenhum crescimento. Proclamação por renda não condicional (FNA). Paris: **Lés Éditions Utopia**, 2013.

MADEIRA, W. V. Plano Amazônia sustentável e desenvolvimento desigual. **Ambiente & Sociedade**. v. 17. n. 3. São Paulo, pp. 19-32, 2014.

MARTINEZ-ALIER, J., PASCUAL, U., VIVIEN, F. D. E ZACCAI, E. Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. **Ecological Economics**, 69(9), pp. 1741-1747, 2010.

MEADOWS, D. H., MEADOWS, D. L., RANDERS, J., BEHRENS, W.W. **The Limits to Growth**. New York: Universe Books, 1972.

MOLLISON, B. **Permaculture: Designers Manual**. 8ª. Ed. Tyagum, Australia: Tagari Publication, 1999.

MONT, O., MCKORMICK, K. RODHE, H. ORSATO, R. Strategies for sustainable solutions: an interdisciplinary and collaborative research agenda. *Journal of Cleaner Production*, 83 pp. 5-6, 2014.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. (3a. ed). Florianópolis-SC: Editora da UFSC, p. 316, 2008.

MOREIRA, D. A.; QUEIROZ, A. C. S. **Inovação Organizacional e tecnológica**. São Paulo: Editora Thomson Learning, 2007.

MOULAERT, F. ET AL. **The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2013.

MOULAERT, F.; SEKIA, F. Territorial innovation models: a critical survey. **Regional Studies**, v. 37, n. 3, pp. 289-302, 2003.

MULGAN, G. The Process of Social Innovation, *Innovations*, Spring, **MIT Press**, pp145-162, 2006. Disponível em: <https://www.mitpress.mit.edu/innovations>. Acesso em março de 2018.

MULGAN, G. et al. A manifesto for social innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated. **Working Paper presented at The Young Foundation. Oxford: Said Business School, 2007**. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/277873357_Social_Innovation

What_It_Is_Why_It_Matters_and_How_It_Can_Be_Accelerated. Acesso em março de 2018.

MURRAY, R., CAULIER-GRICE, J., & MULGAN, G. (2010). **The open book of social innovation**. London: National Endowment for Science, Technology and the Art/Young Foundation, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/FwhPdt>. Acesso em março de 2018.

NEUMEIER, S. Why do social innovations in rural development matter and should they be considered more seriously in rural development research? Proposal for a stronger focus on Social Innovations in rural development research. **Sociologia Ruralis**, v. 52, pp. 48-69, 2012.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2005). **Manual de Oslo: Diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3a. ed. Paris, 2005.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SALAS-ZAPATA, W.; RIOS-OSÓRIO, L.; CASTILLO, J.A.D. La ciencia emergente de la sustentabilidad: de la práctica científica hacia la constitución de una ciencia. **Interciencia**, v.2, n.9, 2011.

SCHNEIDER, F., KALLIS, G. E MARTINEZ-ALLIER, J. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. Introduction to this special issue. **Journal of Cleaner Production**, 18 (6), pp. 511-518, 2010.

SCHUMACHER, E. F. **Small is beautiful: A study of economics as if people mattered**. London: Abacus, 1973.

SCHUMPETER, J.A. O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. In **A teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1985.

SEKULOVA, F., KALLIS, G. LABAJOS, B. R. SCHNEIDER, F. Degrowth: from theory to practice. **Journal of Cleaner Production** 38 pp. 1-6, 2013.

STIGLITZ, J. E., SEN, A. K., FITOUSSI, J. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, 2009. Disponível em <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/index.htm>. Acesso em agosto de 2017.

STOLLE, D., HOOGHE, M. & MICHELETTI, M. Politics in the supermarket: political consumerism as a form of political participation. **International Political Science Review**, 26(3), pp. 245-269, 2005.

TARDIF, C., HARRISSON, D. **Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES**. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales. Cahiers du CRISES. Québec, 2005.

TAYLOR, J. B. Introducing Social Innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**. V. 6, n. 1, 1970.

TEIXEIRA, D. L. P.; SOUZA, M. C. A. F. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo. v. 25 n. 4, 1985.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da inovação**. 3a ed. São Paulo: Artmed, 2008.

TOKIC, D. The economic and financial dimensions of degrowth. **Ecological Economics** 84, pp. 49-56, 2012.

TROTT, P. **Gestão da inovação e desenvolvimento de novos produtos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

WEISS, M. CATTANEO, C. Degrowth - Taking stock and reviewing na emerging academic program. **Ecological Economics**, 137(1), pp. 220-230, 2017.

WILKINS, J. L., HILLERS, V. N. Influences of pesticide-residue and environmental concerns on organic food preference among food cooperative members and non-members in Washington-state. **Journal of Nutrition Education**, 26(1), pp. 26-33, 1994.

Recebido em 6 de junho de 2018.

Aceito em 6 de agosto de 2018.